Política de Privacidade

Plataforma CPP

Índice

1. Enquadramento e âmbito 3
1.1. Objeto e finalidade da Política de Privacidade 3
1.2. Âmbito de aplicação 3
1.3. Titulares dos dados abrangidos 4
2. Responsável pelo tratamento e contactos 4
2.1. Responsável pelo tratamento 4
2.2. Contactos 4
2.3. Encarregado de Proteção de Dados 4
3. Dados pessoais tratados 4
3.1. Categorias de dados pessoais 5
3.2. Dados pessoais de categorias especiais 5
4. Finalidades do tratamento 5
4.1. Registo e gestão de utilizadores 6
4.2. Submissão, análise e gestão de candidaturas 6
4.3. Execução, acompanhamento, monitorização e controlo das medidas 6
4.4. Obrigações de prestação de contas, auditoria e fiscalização 6
4.5. Comunicações operacionais e institucionais 6
4.6. Comunicações facultativas 6
5. Obrigatoriedade do fornecimento de dados 6
5.1. Dados de fornecimento obrigatório 6
5.2. Dados de fornecimento facultativo 7
5.3. Consequências da não disponibilização dos dados 7
6. Partilha de dados e subcontratação 7
6.1. Partilha de dados pessoais 7
6.2. Subcontratação 8
7. Conservação dos dados 8
7.1. Critérios de conservação 8

7.2. Conservação no âmbito das candidaturas e medidas apoiadas 8
7.3. Eliminação ou anonimização 9
8. Direitos dos titulares e exercício de direitos 9
8.1. Direitos dos titulares dos dados 9
8.2. Exercício dos direitos 9
8.3. Prazos de resposta e reclamação 9
9. Segurança da informação e gestão de incidentes 10
9.1. Medidas de segurança 10
9.2. Gestão de incidentes e violações de dados pessoais 10
10. Ferramentas automatizadas e inteligência artificial 10
10.1. Enquadramento e finalidades 10
10.2. Intervenção humana e garantias aplicáveis 11
11. Transferências internacionais 11
12. Alterações à Política de Privacidade 11

1. Enquadramento e âmbito

1.1. Objeto e finalidade da Política de Privacidade

A presente Política de Privacidade define os termos em que o Comité Paralímpico de Portugal (adiante, CPP) procede ao tratamento de dados pessoais no âmbito da utilização da plataforma digital Mais Desporto (adiante, a Plataforma).

A Política de Privacidade tem por finalidade informar, de forma clara, transparente e acessível, os titulares dos dados pessoais acerca:

- das categorias de dados pessoais tratados através da Plataforma;
- das finalidades para as quais esses dados são utilizados;
- dos direitos que lhes assistem em matéria de proteção de dados pessoais;
- das medidas adotadas pelo CPP para assegurar a segurança e confidencialidade dos dados.

O tratamento de dados pessoais efetuado através da Plataforma é realizado em conformidade com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente o Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.

1.2. Âmbito de aplicação

A presente Política de Privacidade aplica-se a todos os tratamentos de dados pessoais efetuados pelo CPP no contexto da utilização da Plataforma, incluindo, nomeadamente:

- O registo e a autenticação de utilizadores;
- A submissão, análise, gestão e decisão de candidaturas a medidas, programas ou apoios
- Geridos pelo CPP;
- A execução, acompanhamento, monitorização, controlo e avaliação das medidas
- Apoiadas;
- O cumprimento de obrigações legais, regulamentares e de prestação de contas
- Associadas aos procedimentos desenvolvidos através da plataforma;
- As comunicações institucionais e operacionais relacionadas com a utilização da plataforma.

A Política de Privacidade aplica-se independentemente do meio ou dispositivo utilizado para aceder à Plataforma.

1.3. Titulares dos dados abrangidos

A presente Política de Privacidade aplica-se aos dados pessoais de pessoas singulares que utilizem a Plataforma ou cujos dados pessoais sejam tratados no seu âmbito, designadamente:

- representantes legais, dirigentes, trabalhadores, colaboradores ou prestadores de serviços de entidades candidatas ou beneficiárias;
- técnicos, profissionais, investigadores ou outros intervenientes envolvidos nos procedimentos de candidatura, execução ou acompanhamento das medidas;
- utilizadores com funções de gestão, avaliação, monitorização, auditoria ou controlo dos procedimentos desenvolvidos através da Plataforma.

2. Responsável pelo tratamento e contactos

2.1. Responsável pelo tratamento

O CPP, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, com sede na Rua do Sacramento Nº 4 - R/C, Fanqueiro, 2670-372 Loures, é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais tratados no âmbito da utilização da Plataforma, determinando as respetivas finalidades e os meios de tratamento.

O CPP assegura que o tratamento de dados pessoais é realizado de forma lícita, leal e transparente, em conformidade com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.

2.2. Contactos

Para quaisquer questões relacionadas com a presente Política de Privacidade, os interessados poderão contactar o CPP através dos seguintes meios:

- Endereço postal: Rua do Sacramento Nº 4 - R/C, Fanqueiro, 2670-372 Loures;
- Endereço de correio eletrónico: geral@paralimpicos.pt.

2.3. Encarregado de Proteção de Dados

O CPP designou um Encarregado de Proteção de Dados, que pode ser contactado através do endereço do seguinte correio eletrónico - geral@paralimpicos.pt, sendo o ponto de contacto privilegiado para as questões relacionadas com a proteção de dados pessoais.

3. Dados pessoais tratados

No âmbito da utilização da Plataforma, o CPP procede ao tratamento de dados pessoais estritamente necessários à prossecução das finalidades previstas na presente Política de Privacidade, em respeito pelos princípios da adequação, pertinência e minimização dos dados.

3.1. Categorias de dados pessoais

a. Dados de identificação e contacto, como nome, endereço de correio eletrónico, contacto telefónico, morada profissional ou institucional, bem como cargo ou função exercida;
b. Dados profissionais, académicos e institucionais, incluindo habilitações, qualificações, experiência profissional, currículos, certificações e informação relativa ao vínculo a entidades candidatas ou beneficiárias;
c. Dados relacionados com candidaturas e execução das medidas, constantes de formulários, documentos e comunicações submetidos através da Plataforma, incluindo informação necessária à análise, acompanhamento, monitorização, avaliação e controlo das medidas apoiadas;
d. Dados financeiros e administrativos, quando aplicável, designadamente dados bancários, informações constantes de documentos contabilísticos ou outros elementos necessários à gestão financeira, controlo e prestação de contas;
e. Dados técnicos e de utilização da Plataforma, tais como endereços IP, registos de acesso e de atividade (logs), e informação técnica estritamente necessária à segurança e ao correto funcionamento da Plataforma.

3.2. Dados pessoais de categorias especiais

Em situações específicas e quando tal seja necessário para a prossecução das finalidades legalmente previstas, poderão ser tratados dados pessoais de categorias especiais, nomeadamente (mas não exclusivamente) dados relativos a deficiências pessoais, quando tal seja relevante e estritamente necessário no âmbito das medidas. O tratamento destes dados é efetuado de forma limitada, proporcional e sujeito a medidas técnicas e organizativas reforçadas, adequadas à natureza sensível da informação tratada.

4. Finalidades do tratamento

O CPP procede ao tratamento de dados pessoais através da Plataforma para finalidades determinadas, legítimas e compatíveis com as suas atribuições institucionais, assegurando que os dados são utilizados apenas na medida do necessário para cada finalidade.

O tratamento de dados pessoais ocorre sempre que tal se revele necessário para a gestão e execução dos procedimentos desenvolvidos através da Plataforma, para o cumprimento de obrigações legais e institucionais do CPP e, nos casos aplicáveis, com base na autorização do titular dos dados.

As principais finalidades do tratamento de dados pessoais são as seguintes:

4.1. Registo e gestão de utilizadores

Tratamento de dados pessoais necessário para permitir o registo, autenticação e gestão de utilizadores na Plataforma, incluindo a criação de perfis, a definição de permissões de acesso e a utilização das funcionalidades disponibilizadas.

4.2. Submissão, análise e gestão de candidaturas

Tratamento de dados pessoais necessário para a submissão de candidaturas a medidas, programas ou apoios geridos pelo CPP, bem como para a respetiva análise técnica, administrativa e financeira, avaliação de admissibilidade e mérito, e comunicação das decisões tomadas no âmbito dos procedimentos.

4.3. Execução, acompanhamento, monitorização e controlo das medidas

Tratamento de dados pessoais necessário para a execução das medidas apoiadas, incluindo o acompanhamento da sua implementação, a monitorização do cumprimento das condições aplicáveis, a análise de relatórios e pedidos apresentados, e a verificação da correta aplicação dos apoios concedidos.

4.4. Obrigações de prestação de contas, auditoria e fiscalização

Tratamento de dados pessoais necessário para o cumprimento de obrigações de prestação de contas, transparência, auditoria, fiscalização e controlo financeiro, bem como para responder a solicitações de entidades com competências legais em matéria de acompanhamento e controlo dos apoios.

4.5. Comunicações operacionais e institucionais

Tratamento de dados pessoais necessário para a realização de comunicações relacionadas com o funcionamento da Plataforma, com a gestão dos procedimentos, com pedidos de esclarecimento, notificações e demais contactos institucionais diretamente associados às candidaturas e à execução das medidas.

4.6. Comunicações facultativas

Quando aplicável, tratamento de dados pessoais para o envio de comunicações de natureza informativa ou institucional que não sejam estritamente necessárias à gestão das candidaturas ou à execução das medidas, sendo estas comunicações efetuadas apenas quando o respetivo titular o tenha autorizado.

5. Obrigatoriedade do fornecimento de dados

5.1. Dados de fornecimento obrigatório

O fornecimento de determinados dados pessoais é necessário para permitir:

- O registo e a utilização da Plataforma;
- A submissão, análise e gestão de candidaturas;

- A execução, acompanhamento, monitorização e controlo das medidas apoiadas;
- O cumprimento das obrigações de prestação de contas, auditoria, fiscalização e controlo associadas aos procedimentos em causa.

Os dados pessoais de fornecimento obrigatório encontram-se devidamente assinalados nos formulários da Plataforma e na regulamentação associada, sendo o seu tratamento indispensável à prossecução das finalidades referidas.

5.2. Dados de fornecimento facultativo

Poderão ser solicitados dados pessoais cujo fornecimento seja facultativo, designadamente quando não sejam estritamente necessários à gestão das candidaturas ou à execução das medidas, ou quando se destinem a finalidades acessórias.

A disponibilização de dados facultativos não condiciona, por si só, a apreciação das candidaturas nem o acesso às funcionalidades essenciais da Plataforma.

5.3. Consequências da não disponibilização dos dados

A não disponibilização dos dados pessoais de fornecimento obrigatório poderá impedir:

- O registo ou a utilização da Plataforma;
- A submissão ou apreciação de candidaturas;
- A execução, acompanhamento ou controlo das medidas apoiadas.

A não disponibilização de dados facultativos não produz quaisquer consequências negativas para os titulares dos dados, para além da eventual impossibilidade de beneficiar das funcionalidades ou comunicações a que tais dados se destinem.

6. Partilha de dados e subcontratação

6.1. Partilha de dados pessoais

Os dados pessoais tratados através da Plataforma poderão ser comunicados, na estrita medida do necessário, a entidades terceiras, sempre no respeito pelas finalidades previstas na presente Política de Privacidade e pela legislação aplicável.

Em particular, os dados pessoais poderão ser partilhados com:

- Entidades públicas com competências legais ou regulamentares, designadamente no âmbito do financiamento, acompanhamento, auditoria, fiscalização e controlo das medidas apoiadas;
- Entidades responsáveis por ações de auditoria, inspeção ou controlo, quando tal se revele necessário para efeitos de verificação da legalidade, regularidade e correta aplicação dos apoios concedidos;
- Autoridades administrativas ou judiciais competentes, sempre que a comunicação seja exigida por lei ou necessária para a defesa dos direitos e interesses do CPP;

- Outras entidades institucionais ou parceiras que intervenham legitimamente nos procedimentos de candidatura, execução, acompanhamento ou controlo das medidas, na medida do estritamente necessário.

A partilha de dados pessoais é efetuada apenas quando legalmente admissível e limitada ao estritamente necessário para a finalidade em causa.

6.2. Subcontratação

Para efeitos de disponibilização, gestão e funcionamento da Plataforma, o CPP poderá recorrer a prestadores de serviços externos que tratem dados pessoais por sua conta, designadamente para serviços de alojamento, infraestrutura tecnológica, manutenção, suporte técnico ou comunicações eletrónicas.

Estes prestadores de serviços atuam na qualidade de subcontratantes, tratando os dados pessoais exclusivamente de acordo com as instruções do CPP e ficando vinculados a deveres de confidencialidade, segurança e proteção dos dados pessoais.

O CPP assegura que os subcontratantes oferecem garantias adequadas quanto à adoção de medidas técnicas e organizativas apropriadas, de forma a garantir a proteção dos dados pessoais e o cumprimento da legislação aplicável.

7. Conservação dos dados

7.1. Critérios de conservação

O CPP conserva os dados pessoais apenas durante o período necessário para a prossecução das finalidades para as quais são tratados, tendo em consideração:

- A natureza dos procedimentos desenvolvidos através da Plataforma;
- As obrigações legais, regulamentares e institucionais aplicáveis;
- Os deveres de prestação de contas, auditoria, fiscalização e controlo;
- Os prazos de prescrição de eventuais responsabilidades administrativas, financeiras ou judiciais.

7.2. Conservação no âmbito das candidaturas e medidas apoiadas

Os dados pessoais tratados no âmbito da submissão, análise, execução, acompanhamento e controlo das candidaturas e das medidas apoiadas são conservados durante:

- A vigência dos respetivos procedimentos;
- O período necessário ao cumprimento das obrigações associadas à atribuição e execução dos apoios;
- Os prazos legalmente exigidos para efeitos de auditoria, fiscalização e controlo financeiro.

7.3. Eliminação ou anonimização

Findos os prazos de conservação aplicáveis, os dados pessoais são eliminados de forma segura ou, quando legalmente admissível, anonimizados, deixando de permitir a identificação dos respetivos titulares.

O CPP adota procedimentos adequados para assegurar que a eliminação ou anonimização dos dados pessoais é efetuada de forma eficaz e segura.

8. Direitos dos titulares e exercício de direitos

8.1. Direitos dos titulares dos dados

Nos termos da legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, os titulares dos dados dispõem, designadamente, dos seguintes direitos:

- Direito de acesso aos seus dados pessoais e às informações relativas ao respetivo tratamento;
- Direito de retificação de dados pessoais inexatos ou incompletos;
- Direito ao apagamento dos dados pessoais, nos casos legalmente previstos;
- Direito à limitação do tratamento, quando aplicável;
- Direito de oposição ao tratamento, nos termos da lei;
- Direito à portabilidade dos dados pessoais, quando legalmente aplicável;
- Direito de retirar o consentimento, sempre que o tratamento se baseie no consentimento do titular, sem prejuízo da licitude do tratamento efetuado até essa data, quando aplicável às comunicações facultativas.

O exercício destes direitos encontra-se sujeito às condições, limites e exceções previstos na legislação aplicável, designadamente quando o tratamento seja necessário para o cumprimento de obrigações legais ou para a prossecução de interesses públicos relevantes.

8.2. Exercício dos direitos

Os direitos acima referidos podem ser exercidos mediante pedido escrito dirigido ao CPP, através dos contactos indicados na presente Política de Privacidade.

O pedido deverá identificar claramente o direito que se pretende exercer, podendo o CPP solicitar informações adicionais estritamente necessárias para confirmar a identidade do requerente ou para apreciar adequadamente o pedido apresentado.

8.3. Prazos de resposta e reclamação

O CPP compromete-se a responder aos pedidos de exercício de direitos dentro dos prazos legalmente previstos.

Sem prejuízo de qualquer outro meio de recurso administrativo ou judicial, os titulares dos dados têm o direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo competente em matéria de proteção de dados pessoais, que em Portugal é a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

9. Segurança da informação e gestão de incidentes

9.1. Medidas de segurança

O CPP adota medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança apropriado ao risco associado ao tratamento de dados pessoais efetuado através da Plataforma.

Estas medidas visam, em particular:

- Proteger os dados pessoais contra o acesso não autorizado, a divulgação indevida, a alteração ou a perda;
- Assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação;
- Limitar o acesso aos dados pessoais às pessoas estritamente autorizadas e na medida necessária ao desempenho das respetivas funções.

No âmbito do funcionamento da Plataforma poderão ser utilizadas tecnologias de natureza técnica, incluindo cookies estritamente necessários, destinadas a assegurar a segurança, a gestão de sessões e o correto funcionamento dos sistemas. Sempre que venham a ser utilizadas outras tecnologias que não sejam estritamente necessárias, os utilizadores serão devidamente informados, nos termos da legislação aplicável.

9.2. Gestão de incidentes e violações de dados pessoais

O CPP dispõe de procedimentos destinados à deteção, análise e gestão de incidentes de segurança e de eventuais violações de dados pessoais.

Sempre que se verifique uma violação de dados pessoais suscetível de implicar um risco para os direitos e liberdades dos titulares dos dados, o CPP atuará em conformidade com a legislação aplicável, designadamente no que respeita à eventual notificação da autoridade de controlo competente e, quando legalmente exigido, dos próprios titulares dos dados.

10. Ferramentas automatizadas e inteligência artificial

10.1. Enquadramento e finalidades

No âmbito do funcionamento da Plataforma, o CPP poderá recorrer, de forma limitada e controlada, a ferramentas automatizadas, incluindo soluções de inteligência artificial, como apoio a tarefas de natureza técnica, organizativa ou administrativa.

Estas ferramentas podem ser utilizadas, designadamente, para apoiar a organização, classificação ou verificação preliminar da informação submetida através da Plataforma, bem como para melhorar a eficiência e coerência dos processos internos.

10.2. Intervenção humana e garantias aplicáveis

A utilização de ferramentas automatizadas ou de inteligência artificial não substitui a intervenção humana nos processos de análise, decisão, acompanhamento ou controlo das candidaturas e das medidas apoiadas.

O CPP não adota decisões exclusivamente automatizadas que, por si só, produzam efeitos jurídicos ou que afetem significativamente os titulares dos dados, assegurando sempre a apreciação humana e a aplicação de garantias adequadas à proteção dos direitos e interesses dos titulares dos dados.

11. Transferências internacionais

O CPP procede, por regra, ao tratamento e armazenamento dos dados pessoais no Espaço Económico Europeu, assegurando o nível de proteção garantido pela legislação europeia em matéria de proteção de dados pessoais.

Sempre que, no âmbito da utilização da Plataforma ou da prestação de serviços por terceiros, incluindo no âmbito dos prestadores referidos no ponto 6, se revele necessário proceder à transferência de dados pessoais para países situados fora do Espaço Económico Europeu, o CPP assegurará que tais transferências são realizadas em conformidade com a legislação aplicável, garantindo a adoção de medidas adequadas à proteção dos dados pessoais e dos direitos dos respetivos titulares.

12. Alterações à Política de Privacidade

O CPP reserva-se o direito de alterar ou atualizar a presente Política de Privacidade sempre que tal se revele necessário, designadamente em resultado de alterações legislativas ou regulamentares, de orientações das autoridades competentes ou de modificações no funcionamento da Plataforma.

Quaisquer alterações relevantes serão devidamente publicitadas através da Plataforma, sendo indicada a respetiva data de entrada em vigor. A utilização continuada da Plataforma após a entrada em vigor das alterações constitui presunção de que o utilizador tomou conhecimento da versão atualizada, sem prejuízo dos direitos que assistem aos titulares dos dados nos termos da legislação aplicável.